

Dana
cosméticos

Perfumes Dana do Brasil S.A.

CNPJ nº 61.105.722/0001-03

Demonstrações Financeiras - Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 - (Valores expressos em milhares de reais)

Relatório da Administração: Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Permanecemos à disposição, para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Balanco Patrimonial				Demonstração do Resultado						
		Notas	2025	2024			Notas	2025	2024	
Ativo/Circulante			207.558	186.557	Receita operacional líquida		17	448.784	446.832	
Caixa e equivalente de caixa		5	7.385	2.970	Custo dos serviços prestados		18	(218.740)	(208.054)	
Contas a receber		6	125.346	92.637	Lucro bruto			230.044	238.778	
Estoques		7	54.950	71.319	Despesas administrativas		18	(42.678)	(53.166)	
Adiantamento de fornecedores			6.523	6.944	Despesas com vendas		18	(104.805)	(109.220)	
Impostos a recuperar			9.366	10.047	Outras receitas		18	1.061	5.702	
Ativos financeiros derivativos		21	-	1.978	Lucro operacional antes das receitas (Despesas) financeiras			83.622	82.094	
Outros créditos a receber			3.988	662	Despesas financeiras		19	(14.444)	(14.412)	
Não circulante			40.059	36.843	Receitas financeiras		19	2.738	3.813	
Depósitos e bloqueios judiciais		15	154	187	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social			71.916	71.495	
Imposto de renda e contribuição social - diferido		19	3.932	6.367	Imposto de renda e contribuição social - corrente		19	(24.412)	(32.628)	
Imobilizado		9	13.541	12.733	Imposto de renda e contribuição social - diferido		19	(2.434)	6.367	
Ativos de arrendamento - direito de uso		11	10.900	11.160	Lucro do exercício			45.070	45.234	
Intangível		10	11.532	6.396	Lucro por ação (R\$/Mil)		16.e)	0,98	0,98	
Total do ativo			247.617	223.400	Demonstração do Resultado Abrangente			2025	2024	
					Lucro do exercício			45.070	45.234	
					Resultados abrangentes			-	-	
					Resultado abrangente do exercício			45.070	45.234	
					Demonstração do Fluxo de Caixa			Notas	2025	2024
					Fluxo de caixa das atividades operacionais					
					Lucro líquido do exercício			45.070	45.234	
					Ajuste para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:					
					Depreciação/amortização		18	6.213	2.856	
					Perda e ajustes de imobilizado e intangível		10	1.109	708	
					Provisão para perdas de créditos esperadas		6	(26)	(644)	
					Provisões para contingências		15	(191)	123	
					Variações monetárias e juros			8.441	2.929	
					Provisão para imposto de renda e contribuição social		16	24.412	32.628	
					Provisão para imposto de renda e contribuição social diferido		16	2.434	(6.367)	
					Demais provisões		14	(11.063)	17.649	
					Redução (aumento) de ativos e passivos operacionais:					
					Contas a receber de clientes			(32.683)	(8.679)	
					Estoques			16.369	(43.232)	
					Adiantamentos a fornecedores			421	(2.223)	
					Impostos a recuperar			681	346	
					Demais ativos			1.978	1.978	
					Outros créditos a receber			(3.326)	214	
					Depósito judicial			33	5	
					Fornecedores			(16.098)	(20.475)	
					Fornecedores partes relacionadas			(30.813)	30.556	
					Obrigações fiscais			(468)	3.326	
					Obrigações trabalhistas			(1.804)	(1.834)	
					Outros passivos			1.135	(689)	
					Caixa gerado nas atividades operacionais			11.824	54.409	
					Imposto de renda e contribuição pagos			(21.873)	(34.897)	
					Juros sobre empréstimos pagos		13	(6.675)	(205)	
					Disponibilidades líquidas geradas (aplicadas) pelas atividades operacionais			(16.724)	19.307	
					Fluxo de caixa das atividades de investimento					
					Compras de ativos imobilizado e intangível		10	(10.823)	(10.964)	
					Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento			(10.823)	(10.964)	
					Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
					Distribuição de dividendos		16	-	(20.001)	
					Captação de empréstimos e financiamentos		13	53.000	8.887	
					Pagamentos de empréstimos e juros		11	(3.703)	(1.724)	
					Pagamentos de empréstimos e financiamentos - principal		13	(17.335)	(18.265)	
					Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento			31.962	(31.103)	
					Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa			4.415	(22.760)	
					Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício			2.970	25.730	
					Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício			7.385	2.970	
					Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa			4.415	(22.760)	

Saldo em 31/12/2023 (não auditado)

	Notas	2025	2024
Lucro do exercício		43.878	2.003
Constituição de reservas	16.d)	-	2.262
Dividendos mínimos obrigatórios	16.d)	-	-
Dividendos Proposta a AGO	16.d)	-	-
Saldo em 31/12/2024		43.878	4.265
Lucro do exercício		45.070	45.070
Dividendos Proposta a AGO	16.c)	-	-
Constituição de outras reservas	16.d)	-	-
Saldo em 31/12/2025		43.878	4.265

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto operacional: A Perfumes Dana do Brasil S.A. é uma sociedade por ações com sede em São Paulo, estado de São Paulo, Brasil, que tem por objeto social: (i) o comércio, a importação, a exportação, a distribuição e industrialização de perfumes e saneantes, bem como de outros artigos de tocador, de higiene pessoal, de cosméticos e de produtos semelhantes, (ii) o comércio, a importação, a exportação, a distribuição e industrialização de preparos para lavanderia, de produtos e de instrumentos de limpeza, de saneantes, de sabões comuns e de sabões não perfumados, (iii) o exercício de atividades conexas, desde que independentem de autorização governamental específica e (iv) a participação em outras sociedades, na qualidade de cotista ou acionista. O prazo de duração da Sociedade é indeterminado e por deliberação da Diretoria, poderão ser instaladas, transferidas ou extintas filiais, sucursais, escritórios, agências ou representações em qualquer ponto do território nacional ou no exterior, inclusive por parcela do capital social destacada.

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras: 2.1 **Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e, ainda, em observância às disposições da Lei das Sociedades por Ações. 2.2 **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas políticas contábeis (nota explicativa nº 3). O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pelo pagamento de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. O estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Administração da Sociedade leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras é determinado nessa base, exceto por operações de arrendamento mercantil que estão inseridas no escopo do CPC 06 (R2) - Arrendamentos e mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como valor líquido realizável mencionado no CPC 16 (R1) - Estoques ou valor em uso no CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. 2.3 **Continuidade operacional:** A Administração tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que a Sociedade possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, eles continuam a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras. 2.4 **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. 2.5 **Uso de estimativas e julgamentos significativos:** Na aplicação das políticas contábeis da Sociedade descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem divergir, significativamente, dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às demonstrações contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da realização dos estoques, provisão de contingências e avaliação de instrumentos financeiros.

3. Principais políticas contábeis: Na preparação das suas demonstrações financeiras, a Sociedade adotou todos os pronunciamentos e respectivas interpretações e orientações técnicas emitidos pelo CPC, que juntamente com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil. As principais práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras estão descritas a seguir: 3.1 **Conversão de transações e saldos em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para reais (R\$) ("moeda funcional") da Sociedade usando-se as taxas de câmbio nas datas das transações. Os saldos de ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio vigente na data-base das demonstrações financeiras. Os ganhos ou as perdas cambiais sobre ativos e passivos monetários são reconhecidos na demonstração do resultado, como receitas ou despesas financeiras. 3.2 **Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e, quando aplicável, investimentos temporários de curto prazo, com até 90 dias da data da aplicação, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. 3.3 **Contas a receber de clientes e provisão de crédito esperada:** Correspondem aos valores a receber decorrentes das vendas de produtos e serviços no curso normal das atividades da Sociedade, estão avaliadas no momento inicial, pelo valor presente e deduzidas da provisão para perdas de créditos esperadas. A provisão para perdas de crédito esperada é calculada com base no estudo da expectativa de perda futura do saldo de contas a receber e pela análise individualizada dos clientes em atraso, considerando a sua capacidade de pagamento, as garantias oferecidas, no histórico de perdas registradas por faixa de vencimento. 3.4 **Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição não excedendo o seu valor de mercado. O valor realizável líquido corresponde ao preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda. A Sociedade realizou uma análise em seu inventário de estoques onde identificou que não possui perdas com estoque, uma vez que seus produtos possuem um giro rápido e não possuem validade, portanto a Sociedade constitui provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos. 3.5 **Direito de uso de arrendamentos:** Para os contratos de arrendamento com prazo superior a um ano, a Sociedade reconhece: (i) um passivo de arrendamento que corresponde à soma das contraprestações

do contrato à valor presente e (ii) o respectivo ativo de direito de uso. Os valores do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso são remensurados quando ocorrem mudanças e/ou reajustes nos contratos, sendo que o ativo de direito de uso é avaliado, no mínimo anualmente (e/ou quando houver evidência), quanto a sua recuperabilidade. Os contratos de arrendamento são reconhecidos a partir das premissas a seguir: **Mensuração do passivo de arrendamento:** Mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de financiamento incremental da Sociedade. **Prazo de arrendamento:** A Sociedade reconhece os contratos de arrendamento considerando a sua renovação por mais um período de igual duração ao prazo original, sempre que existir esta previsão no contrato e desde que o contrato não seja considerado de curto prazo e/ou baixo valor. **Taxa de juros incremental de financiamento:** Para calcular o valor justo dos contratos, a Sociedade considera a taxa de juros necessária para financiar a aquisição dos ativos arrendados em condições similares ao custo do dinheiro para a Sociedade, utilizando como base as taxas praticadas nas captações de recursos mais recentes no momento de reconhecimento do contrato de arrendamento, para o exercício a companhia utilizou uma taxa média de 11% a.a. **Depreciação/amortização do ativo de direito de uso:** A vida útil dos ativos de direito de uso é definida como o prazo total de vigência do contrato considerando, se aplicável, a sua renovação por um período de igual duração à vigência inicial, sendo reconhecida sua depreciação/amortização de forma sistemática e linear ao decorrer de sua vida útil. **Encargos financeiros:** Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira e apropriados a cada período durante o prazo do contrato. 3.6 **Imobilizado e intangíveis:** Registrado ao custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, conforme as taxas demonstradas nas notas explicativas nº 8 e nº 9. A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. As vidas úteis estimadas para 2025 e 2024, são as seguintes:

Instalações	10 anos
Veículos	5 anos
Móveis e utensílios	5 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Caixas, formas e moldes	5 anos
Softwares	5 anos

Um item do imobilizado ou intangível é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado. 3.7 **Redução ao valor recuperável dos ativos ("impairment"):** Os ativos que estão sujeitos à amortização e/ou depreciação são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por "impairment" é reconhecida pelo valor pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do "impairment", os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido "impairment", são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão e/ou manutenção do "impairment" nas datas de encerramento dos exercícios. 3.8 **Passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. 3.9 **Provisões:** Reconhecidas quando se tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. A provisão é quantificada ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. 3.10 **Provisões para riscos civis, trabalhistas e tributários:** As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação nas datas de encerramento dos exercícios, considerando os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. 3.11 **Apuração do resultado:** O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Sociedade e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. 3.12 **Recelta:** A recelta é reconhecida em conformidade com o regime contábil de competência do exercício, considerando as atualizações ocorridas em virtude da mudança das práticas contábeis com relação ao reconhecimento da receita, conforme o CPC 47. A recelta compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Sociedade. A recelta é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos. Geralmente, o montante de receitas brutas é equivalente ao valor das notas fiscais emitidas. A Sociedade reconhece a recelta quando: (i) o valor da recelta pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Sociedade; (iii) os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade; e (iv) quando os produtos são entregues e a propriedade legal é transferida. A recelta pela venda dos produtos é reconhecida quando da transferência de controle, os riscos e os benefícios de propriedade desses itens são transferidos para o comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega. As receitas são apresentadas líquidas dos impostos incidentes sobre os produtos vendidos. 3.13 **Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem os juros sobre aplicações financeiras, e juros sobre conta a receber de clientes. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem, basicamente, as despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos, despesas bancárias, IOF e antecipação de recebíveis. 3.13 **Tributação - imposto de renda e contribuição social:** Imposto de renda e contribuição social - correntes: Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço. As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. Conforme facultado pela legislação tributária, a Sociedade opta pelo regime de tributação com base no lucro real, e, nesse caso, a base de cálculo do imposto de renda e da

Contadora: Simone Augusto Ribeiro - CRC 1SP 219.035/0-0

As Demonstrações Financeiras completas e auditadas encontram-se disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

TRANSPARÊNCIA TRANSFORMA RESULTADOS EM VALOR

DEMONSTRE SEUS RESULTADOS ONDE INVESTIDORES E DECISORES BUSCAM REFERÊNCIA.

ESTADÃO RI Publicação simultânea na plataforma de relações com investidores.

CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL: (11) 3856-2442

